

Quarta-Feira, 30 de Setembro de 2026

Operação Iurará: Polícia Civil combate esquema de caça ilegal de tartarugas no Parque Estadual do Araguaia

Polícia Civil deflagra operação para desarticular rede de tráfico de quelônios em Mato Grosso e Goiás com 8 mandados

A Polícia Civil iniciou, nesta quarta-feira (30), a **Operação Iurará**, uma ação investigativa voltada para desarticular um suposto esquema de captura, morte e comercialização ilegal de tartarugas no Parque Estadual do Araguaia, localizado na porção leste mato-grossense. A operação envolve o cumprimento de 8 mandados de busca e apreensão distribuídos entre Mato Grosso e Goiás.

Os mandados judiciais visam 5 propriedades rurais em Ribeirão Cascalheira (distante 900 km de Cuiabá), além de 2 residências em Goiânia e um estabelecimento comercial em Aparecida de Goiânia, ambos no estado de Goiás.

A apuração dos crimes é responsabilidade da Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema), que investiga práticas ilícitas contra a fauna silvestre, englobando venda, tráfico, caça e morte de animais, lesão ambiental e organização criminosa.

Segundo os dados coletados na investigação, os suspeitos teriam executado ataques contínuos ao Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Quelônios do Araguaia, uma área protegida na margem direita do Rio das Mortes, que abrange territórios de Ribeirão Cascalheira, Cocalinho e Nova Nazaré.

Investigação aponta fazendeiro como organizador

A Polícia Civil identifica como possível chefe da quadrilha um proprietário rural e empresário da indústria de cosméticos, dono de uma fazenda na margem esquerda do Rio das Mortes em Ribeirão Cascalheira, frontalmente oposta à unidade de conservação.

As evidências recolhidas indicam que outros integrantes da organização mantêm vínculos com o fazendeiro, incluindo sua companheira e colaboradores da propriedade. Os dados obtidos pela Dema sugerem que os animais capturados seriam desviados para venda no mercado negro.

Baseada nas provas levantadas durante a investigação, a Polícia Civil apresentou fundamentação para a emissão dos mandados de busca e apreensão. A autorização judicial foi concedida pela magistratura da Comarca de Ribeirão Cascalheira.

Ação coincide com período reprodutivo

O desencadeamento da operação ocorre simultaneamente ao período de reprodução da tartaruga-da-Amazônia. Nos meses de setembro e outubro, durante a época de seca, esses animais migram para as praias formadas nos rios locais visando à oviposição.

Designadas também como iurarás, essas tartarugas tornam-se presas fáceis para caçadores clandestinos durante essa fase, quando se concentram massivamente nas zonas de reprodução.

A investigação não se restringe apenas à tartaruga-da-Amazônia, abrangendo suspeitas de predação de outras espécies de quelônios aquáticos, particularmente cágados de diferentes tipos.

Importância da região para a conservação

O território investigado faz parte de um relevante complexo de áreas de proteção no Vale do Araguaia. O Parque Estadual do Araguaia destaca-se como uma das principais reservas de conservação de Mato Grosso, ocupando aproximadamente 223 mil hectares.

A reserva possui regime de proteção integral e situa-se em zona de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Nela encontram-se diversificados tipos de cobertura vegetal e ecossistemas, abrangendo planícies inundáveis, campos de murundus, cerrado, cerradão, florestas alagadiças e mata seca.

Durante o período de chuvas intensas, os rios que atravessam a zona extravasam seus leitos, inundando extensas parcelas da região, que integra a Planície do Bananal, popularmente conhecida como Pantanal do Araguaia.

Esse ecossistema serve de habitat para fauna diversa, incluindo lobo-guará, veado-campeiro, boto-rosa e variadas espécies de quelônios. A área também funciona como corredor de dispersão ecológica, facilitando a conexão entre territórios protegidos e terras de povos originários ao longo da margem mato-grossense do Rio Araguaia.

Entidades parceiras na operação

A **Operação Iurarás** recebe colaboração da Delegacia Policial de Água Boa, da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da instituição policial civil goiana.

A nomenclatura da operação refere-se ao termo